

## NOTAS

### NOTAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

*Luís Antonio Barone<sup>1</sup>*

Observando os noticiários pode-se perceber que nos últimos anos têm aumentado as manchetes relativas a conflitos de terras em todo o país. De norte a sul do Brasil nos vêm relatos de ocupação, mortes, manifestações pró e contra a reforma agrária. A partir do que a realidade imediata nos transmite, pode-se formular um juízo de que essa problemática é recente e desconhecida. Puro engano. A questão agrária é um componente constante do debate político nacional desde há muito. Os determinantes desse debate - os grupos sociais que envolve e suas perspectivas forças políticas - é que, vez por outra, fazem com que a temática, realmente antiga, como que submirja, desaparecendo nos subterrâneos da clandestinidade - graças à mídia, hoje, ou mesmo devido à repressão oficial por décadas.

Uma análise da formação histórico-concreta da sociedade brasileira revela que o latifúndio - a exploração agropecuária de grandes dimensões - foi a matriz de nossa economia. Desde o Brasil-colônia, o conflito entre os grandes proprietários - ricos e poderosos - e a pequena exploração agrícola, marginal e seguidamente expropriada, anima o espaço social construído pelo Império Português em terras americanas (Prado Jr., 1991). Muito do que a sociedade brasileira é hoje, excludente e concentradora de riquezas, deve-se à esse passado que tão fortemente marca o nosso presente. A questão da apropriação da terra, inclusive, pode ser um fio condutor para a compreensão de importantes processos sociais em todo o continente americano.

#### *A luta pela posse da terra no continente americano: alguns apontamentos*

No contexto particular do continente americano, a questão da posse da terra se mostra diversificada, sobretudo em função da formação histórico-concretas de cada país. Porém, as redefinições no tocante a estrutura fundiária sempre forma acompanhadas de intensos conflitos e tiveram participação decisiva na constituições das sociedades nacionais em toda América

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia, docente do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente.

A título de comparação com a supracitada formação histórica brasileira, a história da colonização norte-americana se dividiu entre dois modelos de apropriação da terra: um, semelhante ao do Brasil ( a da *plantation*), instalado nas colônias sulistas, outro, baseado na pequena propriedade familiar, ao norte. O modelo sulista incluía o latifúndio e a escravidão de africanos, enquanto o modelo nortista desconhecia essas instituições e se movia por ideário de livre acesso entre os produtores independentes. Tal contradição só foi superada na segunda metade do século XIX, através de uma guerra civil ( a Guerra de Sucessão), na qual o norte, mais industrializado e moderno, venceu o sul oligárquico e escravista.

Se continuarmos comparando as duas experiências históricas, percebemos que o fim da escravidão nos EUA foi seguido de uma política de distribuição de terras para os ex-cativos, no intuito de integra-los à sociedade livre. É bem verdade que o sucesso desta integração é duvidosa, já que, até hoje, a dura herança da escravidão em terras da América do Norte, por exemplo nos graves conflitos raciais daquele país. No entanto, no processo de emancipação dos escravos brasileiros, embora tenha se cogitado na época em distribuir terras à população recém-libertada, isto não aconteceu - sem dúvida intensificando a marginalização social que compõe hoje o retrato da sociedade brasileira.

Historicamente, os ex-escravos só obtiveram acesso à terra através da formação dos quilombos, espaços de liberdade situados em regiões ermas, nas bordas das antigas áreas da colonização portuguesa. Alguns destes remanescentes de quilombos existem até hoje e se espalham de forma pulverizada pelo território brasileiro, especialmente na Bahia.

Citar episódios envolvendo a questão agrária na América Latina (México, Cuba, Peru, Bolívia, Chile, Nicarágua etc.) significa, virtualmente, recuperar toda a história dos países deste subcontinente, tamanha a importância do tema nessa porção do globo.

No México, talvez o exemplo mais grandioso, até hoje o regime político vigente é herdeiro da revolução camponesa da década de 10 do nosso século (Wolf, 1979). Essa gigantesca revolta camponesa tinha como epicentro justamente a apropriação das terras comunais. Ironicamente foi justamente a revogação do "egido" - instituição que garante a posse da terra aos camponeses - que provocou a maior fissura no edifício político criado pelo PRL. Novamente ameaçadas de expropriação, as comunidades tradicionais do Sul do país retomaram a luta armada no início da década de noventa de 90 sob a bandeira do Zapatismo - homenagem a Emiliano Zapata, herói da revolução de 1911.

#### *Conflitos pela posse da terra no Brasil republicano*

Inúmeros são os exemplos históricos que ilustram a permanência dessa questão fundiária no seio da sociedade brasileira. A importância disso é tão grande

que a própria história da República brasileira pode ser relida à luz da questão agrária. Basta citar que os maiores conflitos internos do país - foram conflitos agrários. As guerras de Canudos no Nordeste - entre 1896 e 1897 - e do Contestado no Sul - entre 1912 e 1916 - demonstram isso (Martins, 1981).

Mas não é só de um passado distante que se pode falar quando o assunto é a questão agrária. O próprio processo (intermitente) de demonstração do nosso país sofre uma influência significativa dessa problemática. Após a Segunda Mundial, o Brasil - desde a década de 30 sob o governo ditatorial de Getúlio Vargas - começa a viver um período de redemocratização, que, aos poucos, vai fazendo ressurgir no cenário político as classes populares e suas reivindicações. Cresce nesse momento o debate sobre a reforma agrária, que comporia um dos itens da grande "questão nacional", a ser enfrentada pela sociedade brasileira que buscava uma nova posição no cenário mundial.

A reivindicação por terra e melhores condições para o homem do campo é crescente. Já nessa época, Igreja e partidos de esquerda canalizam tal demanda para espaço do debate político nacional. Cita-se o surgimento das Ligas Camponesas, um tipo de organização dos trabalhadores rurais que se disseminou extensivamente pelo Brasil e tinha como reivindicação maior a reforma agrária - que, embora se constituía de uma intervenção governamental no sentido de se distribuir terras para os trabalhadores rurais pauperizados e diminuir o desnível na distribuição da riqueza do país, também era vista como um passo decisivo para uma transformação socialista.

Cresce o debate pelas "reformas de base", uma bandeira dos setores progressistas que propunha uma série de mudanças no modelo sócio-econômico brasileiro. Dentre essas "reformas de base", a reforma agrária aparecia com bastante destaque, sendo recomendada, inclusive, por organismos internacionais ligados à ONU. Todo esse debate foi suspenso pelo golpe militar de 31 de março de 1964.

Como curiosidade (que, na verdade, pode ser muito reveladora), cita-se que a mais importante iniciativa do então presidente João Goulart no seu último mês à frente do governo (março de 1964) foi anunciar um projeto governamental de reforma agrária - totalmente abortado, é óbvio, pela ditadura. Cassam-se os partidos e grupos de esquerda, silencia-se a voz das Ligas Camponesas. A partir de então, a questão agrária será tratada como um quesito de segurança nacional.

Mesmo com a interrupção do debate democrático sobre a reforma agrária, tamanha era a pressão nessa esfera que o primeiro governo do novo regime faz aprovar, ainda em 1964, o Estatuto da Terra - peça jurídica que consagra a reforma agrária não se efetiva na prática. Ao invés disso, o regime militar opta por uma política de colonização da "fronteira agrícola" - ou seja, de ocupação dos vazios do território brasileiro.

Uma gama de trabalhadores rurais, durante os anos 70, se dirige para o Centro-Oeste e o Norte do país, na esperança de conquistar um pedaço de chão para viver e trabalhar. É desse período também, mais precisamente de 1973, a instalação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) - órgão que permanece até hoje como responsável pela execução de políticas de reforma agrária no Brasil.

É importante ressaltar que todas essas iniciativas na esfera do desenvolvimento rural no país têm, durante a ditadura, dois objetivos bastante claros. O primeiro é o de modernizar a exploração agrícola brasileira: ao invés do tradicional latifúndio, o regime militar quer ver florescer a grande propriedade altamente capitalizada. A pujança atual dos complexos agro-industriais brasileiros deve-se, em boa medida, a essa opção governamental. O segundo, com um propagandeado "alcance social", é justamente o de ocupar as regiões parcamente povoadas do país. Na realidade, o intuito do governo era a repressão dos movimentos guerrilheiros que estavam alojados nessas áreas. A colonização, ao invés de garantir terra e recursos para os migrantes, funcionou mais como peça estratégica na "defesa nacional".

A questão agrária, portanto, teve um enfrentamento bastante particular no período militar. A fim de reduzir a secular pobreza rural, vista como um ponto de tensão no campo, o governo introduziu mudanças nas relações de produção no interior do próprio latifúndio, metamorfoseado em empresa moderna. A colonização, por sua vez, complementava esse esforço, buscando prover novas áreas agrícolas para aqueles que reivindicavam terras para trabalhar.

#### *Origens dos conflitos de hoje*

A partir desse breve histórico, podemos indicar a origem mais recente desse movimento abrangente de luta pela reforma agrária no Brasil. A saturação fundiária no Sul do país, problema que se tentou superar, sem muito sucesso, com a colonização (muitos trabalhadores do Sul foram para o Norte e Centro-Oeste), gera um contingente de agricultores sem terra naquela região. São os filhos de pequenos sítiantes cujas propriedades não comportavam mais parcelamento e ex-colonos, regressos da "fronteira". Surge aí o primeiro foco de conflitos que originará, já nos anos oitenta, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Na Amazônia, a ocupação pouco assistida realizada à época da colonização, gera outro foco de conflitos, tendo como protagonistas os posseiros (colonos que o governo não titulou) e os interesses das grandes empresas agrícolas - estas incentivadas pela política de modernização do regime militar (Martins, 1986). Já no período de transição para a institucionalidade democrática, tais movimentos com apoio aberto da igreja progressista (a ala da igreja católica e de algumas igrejas protestantes animadas pela teologia da libertação), buscam uma articulação política.

Somam-se a esses grupos populações desalojadas pela construção de barragens (as faraônicas obras do governo militar), desempregados da agroindústria e parceiros que foram expulsos da terra devido à nova dinâmica do capitalismo da agricultura brasileira, gerada pela modernização incentivada pelo próprio Estatuto da Terra.

Portanto, quando os noticiários citam os "sem-terras", mais do que uma organização "para-sindical" que, ao longo dos anos oitenta e noventa, tem se fortalecido como defensora e mobilizadora de trabalhadores pela reforma agrária (o MST), estamos diante deste complexo e diversificado grupo de trabalhadores rurais que, de uma forma ou de outra, reivindica uma política pública de distribuição de terras no país. Se levarmos em consideração o peso de nossa herança excludente e concentradora, podemos ter uma idéia aproximada da dimensão problemática no Brasil da virada do século.

Com a crise dos governos militares e a implementação da chamada "transição democrática" (a partir de 1978), essa demanda reprimida se publiciza cada vez mais e a reforma agrária volta a ser tema do debate político nacional. O governo José Sarney (1985-1989), embora propalasse uma ação decisiva no sentido de realizar a reforma agrária, não conseguiu lograr grandes avanços nessa área. O I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) durante seu governo sofreu severas restrições por parte de aliados que defendiam os interesses dos ruralistas (os grandes proprietários rurais). Também no Congresso Constituinte (1987-1988), o capítulo dedicado à reforma agrária foi politicamente esvaziado graças à pressão desse segmento econômico, que à época se fez representar pela União Democrática Ruralista (UDR).

No entanto, é desse período a política de realizar assentamentos rurais em áreas de conflito. Com isso, multiplicou-se a instalação de assentamentos rurais, sem dúvida, um instrumento válido dentro de um programa de reforma agrária. Porém, critica-se nesse procedimento pulverizado a carência de uma ação coordenada que possa garantir o sucesso dessas experiências. Outra resultante da política do governo Sarney foi justamente o aumento das ocupações - já que da deflagração do conflito surgiria um assentamento. Desde então, as ocupações (também chamadas de "invasões" pelos noticiários) se tornaram uma estratégia consagrada pelos sem-terras em sua ação política.

Hoje, o debate sobre a reforma agrária envolve todas essas variáveis. Mas, será que a política de assentamentos pulverizados garante o progresso dos agricultores assentados? Se os defensores dos interesses da grande empresa agrícola (a sucessora moderna do latifúndio) dizem que isso só multiplica a miséria no campo (chegam a qualificar os assentamentos de "favelas rurais"), um estudo realizado pela FAO (organismo da ONU ligado à questão da alimentação e ao combate à fome no mundo) revela que a renda dos agricultores assentados é várias vezes maior que a dos trabalhadores assalariados rurais nas respectivas regiões (Romero, 1994, p. 32).

Em que pese o fato de que apenas 21% da população brasileira viva na zona rural atualmente (PNAD, 1995), é justamente aí que residem os maiores índices de miserabilidade do país. A reforma agrária, portanto, surge como uma política válida para a geração de empregos no campo - com evidentes repercussões na cidade - e para a vitória sobre a escandalosa pobreza brasileira, que choca a opinião pública de todo o mundo.

Por outro lado, não existe clareza sobre um projeto nacional de reforma agrária. Depois de um período de esfriamento da questão - sobretudo durante o curto mandato de Fernando Collor (1990-1992) - os atuais conflitos cobram do Executivo Federal uma ação mais ampla. Além da vontade exclusiva do presidente, no entanto, só recentemente se superou deficiências na legislação referente ao tema - questão que coube ao Congresso Nacional, portanto. Resta, também, pouca integração das diferentes áreas e instituições governamentais envolvidas na implementação dos projetos de assentamentos, de forma a demonstrar resultados em termos de melhoria nas condições de vida das populações-alvo. A atual guerra de números e informações sobre o montante de recursos destinados à política de reforma agrária, a quantidade de famílias assentadas e a instalação de programas de valorização da produção de assentamentos deve-se a esse debate, que se trava nos corredores do Poder e nas assembléias de trabalhadores.

É sabido que a democracia se aprimora através do conflito e do debate. No caso brasileiro, embora passos importantes foram dados no sentido de consolidar esse regime, sua fragilidade ainda cobra muita caminhada. A solução dessa questão referente à reforma agrária, verdadeira questão nacional que mobiliza trabalhadores e setores capitalistas foi, em grande medida, postergada justamente pela interrupção do regime democrático em nosso país. Se não existem caminhos pré-traçados nesse campo, é líquido e certo que da superação dessa problemática depende a conquista de maior cidadania e justiça social no Brasil. *Alea jacta est...*

### Referências bibliográficas

- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil - colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 19ª. edição, 1991.
- ROMIERO, A. (org.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda (o relatório da FAO em debate)*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.
- WOLF, Eric. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1979.